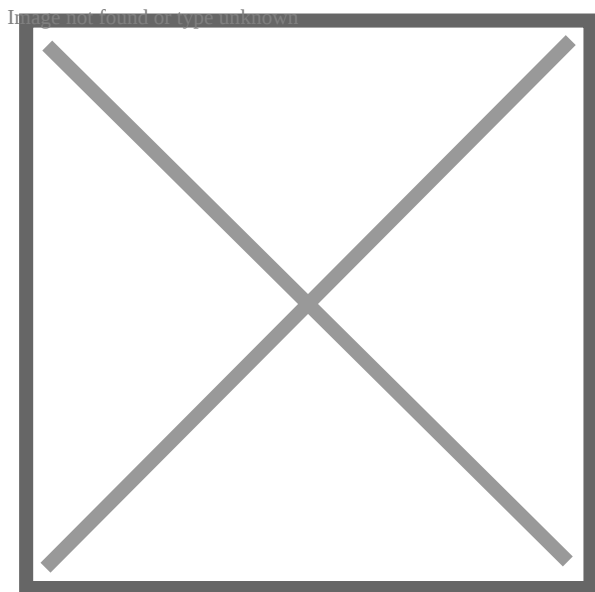


Corregedoria da JT vai apurar conduta de desembargador do TRT-1

Na manhã desta sexta-feira (28/8), foi cumprido mandado de busca e apreensão na residência e gabinete do desembargador Marcos Pinto da Cruz, do TRT-1 (RJ). A ação, realizada pela Polícia Federal e autorizada pelo STJ, buscou apurar irregularidades e desvio de recursos da saúde do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19.



Sede do TRT-1, no Rio de Janeiro
Halley Pacheco de Oliveira

Diante disso, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, registrou nesta sexta-feira (28), durante a 5ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que a Corregedoria-Geral abriu pedido de providências para apurar os fatos noticiados pela imprensa envolvendo a ação da PF.

Para apurar o caso, o ministro determinou que o presidente do TRT da 1ª Região intime o desembargador a prestar esclarecimentos e que o próprio presidente preste informações, "para que possamos ter ciência de todos os fatos e, assim, tomar as medidas que entendemos cabíveis", explicou o corregedor.

Segundo o ministro, a Justiça do Trabalho, por meio da Corregedoria-Geral, não permite e não permitirá desvios de condutas. "Acima de tudo, é necessário que tenhamos sempre como pressuposto a reserva de sermos intransigentes com esse tipo de desvio de conduta. Iremos apurar o fato, sem fazer qualquer juízo de valor enquanto não tivermos o conhecimento de todos os fatos", concluiu. *Com informações da assessoria de imprensa do Tribunal Superior do Trabalho.*

Date Created

28/08/2020